

15 CIDADES



DIVERSÃO

Lucas Sabino (foto) se encantou com os bichos da Arca de Noé, na 13ª Exposição Agropecuária. Durante os dez dias de feira, cerca de 800 mil pessoas passaram pela Granja do Torto

PÁGINA 18

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2005
Editora: Samanta Sallum//
samanta.sallum@correioweb.com.br
Subeditores: Ana Paixão, Roberto Fonseca,
Valéria de Velasco e Wilmar Alves
Coordenadora: Taís Braga//
tais.braga@correioweb.com.br
e-mail: cidades@correioweb.com.br
Tels. 3214-1180 • 3214-1181
fax: 3214-1185

Paulo H. Carvalho/CB



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INVADE 8 MIL M2 DE ÁREA PÚBLICA NA 603/604 SUL. ESTACIONAMENTO DE BRITA PRIVATIVO E UM CAMPO DE FUTEBOL OCUPAM O ESPAÇO QUE DEVERIA SER DE USO COLETIVO

DENÚNCIA

DF - Invasão

Órgãos de governo desrespeitam limites de ocupação de lotes e avançam sobre áreas públicas. Entre eles, Procuradoria da República no DF, Caje e Corpo de Bombeiros. Maioria alega desconhecer infração

Invasões oficiais

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Elas deveriam servir de exemplo, mas também desrespeitam a lei. O problema é antigo. Os órgãos públicos ignoram a área do terreno registrada em cartório e avançam sobre o espaço público. A agressão ao projeto original de Brasília parte até mesmo do guardião da lei, o Ministério Público (MP). O terreno da Procuradoria da República no Distrito Federal, na 603/604 Sul, tem cem metros de comprimento e 150 metros de largura no papel. O alambrado, no entanto, avança de maneira irregular tanto em direção à L2, quanto nos fundos, na avenida das nações. A área total da invasão é de oito mil m², o equivalente a 47 lotes residenciais padrão da Asa Norte.

Um estacionamento de brita e um campo de futebol ocupam o espaço. A infração se destaca diante da comparação com o terreno ocupado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que fica ao lado. É visível o avanço das grades da MP em relação as do IAB. "É a forma mais abominável de invasão do espaço público. Eles deveriam dar o exemplo, mas praticam o mesmo erro", critica o presidente do IAB em Brasília, Otto Ribas.

Em nota oficial, o Ministério Público Federal (MPF) explicou que a irregularidade é antiga. "A



PÁTIO DO CONGRESSO: ÁREA PÚBLICA VIROU ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DE FUNCIONÁRIOS DO LEGISLATIVO

Procuradoria da República no Distrito Federal mudou-se para o local há pouco mais de 2 anos e, quando se instalou, a área ocupada já estava consolidada. Todo o espaço já era totalmente cercado e não há registro de nenhuma notificação do poder público sobre suposta invasão de área pública", destaca o comunicado oficial assinado pela procuradora-chefe, Valquíria Quixadá.

Não é apenas o MPF que invade espaços destinados ao uso coletivo. O Hospital Regional da Asa

Sul (Hras) - antigo Hmib -, o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) e o quartel do Corpo de Bombeiros no final da Asa Norte também ignoram o plano da cidade para privilegiar os *puxadinhos*. Só o centro hospitalar incorporou ao seu terreno 5,5 mil m² - o equivalente a 32 lotes residenciais da Asa Norte.

A área abriga um estacionamento privativo e uma lanchonete para funcionários, pacientes e familiares. O acesso é limitado por uma guarita, onde há um se-

gurança de prontidão 24 horas por dia. Tanto a direção do Hras quanto os responsáveis pelo departamento de planejamento da Secretaria de Saúde foram procurados, por meio da assessoria de imprensa, mas não retornaram as ligações da reportagem.

Impunidade

As invasões com carimbo oficial são tão antigas que alguns dos responsáveis pelos órgãos não têm sequer conhecimento da infração. É o caso do secretário de

O TAMANHO DO DESRESPEITO

8 MIL M²

é o total de área invadida pela Procuradoria da República no DF na 603/604 sul. Equivale a 47 lotes residenciais da Asa Norte

5,5 MIL M²

o equivalente a 32 lotes residenciais foram incorporados a área do Hospital Regional da Asa Sul

Ação Social, Gustavo Ribeiro, que tem a atribuição de gerenciar o Caje. "É a primeira vez que ouço falar no assunto". No caso do batalhão do Corpo de Bombeiros próximo à 2ª DP (Asa Norte), a ocupação existe há três décadas. Tanto o Caje quanto o quartel avançam sobre o Parque Burle Marx, atrás da 900 Norte.

O *puxadinho* militar abriga um centro de treinamento. O argumento usado para sustentar a ilegalidade é recorrente. De acordo com o diretor de Comunicação dos Bombeiros, Luiz Blumm, não recebeu autuação oficial alguma. "Quando recebermos, vamos analisar e estudar as possibilidades de permanecer no local. Se não for possível, desocuparemos", afirma Blumm.

Para aqueles que viram o sonho da nova capital nascer e, aos poucos, crescer no planalto central as práticas que deformam o projeto original de Lucio Costa provocam indignação. É o caso do pioneiro Ernesto Silva, 90

anos. Membro da comissão que ajudou a escolher o local onde a capital seria construída, ele lamenta o descaso do poder público com os espaços vazios. "É um absurdo. O pior é que a comunidade não pode fazer nada, só reclamar", lamenta. Ele cita o exemplo da grade com mais de um metro colocada em frente ao Palácio do Planalto como um exemplo de abuso de poder por parte dos órgãos oficiais. "É uma afronta ao estado de direito", avalia.

A Secretaria de Fiscalização, por meio da assessoria de imprensa, informou que iniciou na última semana um levantamento em todas as regiões do Distrito Federal para detectar as invasões. A previsão para o fim do trabalho é de três meses. Depois da conclusão do relatório, a secretaria pretende autuar os donos dos terrenos irregulares para que retornem às dimensões originais. Caso a determinação não seja atendida, os fiscais prometem multar e derrubar as cercas.